



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 11610.013313/2002-36
Recurso nº 241.022 Embargos
Acórdão nº 3403-00.304 – 4^a Câmara / 3^a Turma Ordinária
Sessão de 28 de abril de 2010
Matéria COFINS
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Período de apuração: 01/08/1997 a 31/12/1997

OMISSÕES e CONTRADIÇÕES.

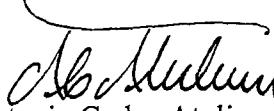
Inexistindo omissões e contradições a ser sanadas, impõe rejeitar os embargos, assim sendo, o resultado diferentemente do pretendido pela parte não implica necessariamente em omissão e tampouco contradição.

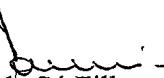
MULTA DE OFÍCIO. DEPÓSITO NO MONTANTE INTEGRAL. O depósito integral do montante do crédito tributário controvertido, a que se refere o artigo 151, II, do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do tributo e afasta aplicação de multa de ofício.

Embargos Rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração no Acórdão nº 3403-00.082, nos termos do voto do Relator.


Antonio Carlos Atulim - Presidente


Domingos de Sá Filho - Relator

EDITADO EM 25/05/2010

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Robson José Bayerl, Domingos de Sá Filho, Winderley Moraes Pereira, Ivan Allegretti, Marcos Tranches Ortíz e Antonio Carlos Atulim.

Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração interposto pela Procuradoria em face do r. Acórdão n. 3403-00. 082, sessão realizada em 14 de agosto de 2009, que deu provimento ao recurso voluntário, proferido pela 3^a Turma Ordinária, da Quarta Câmara, 3^a Seção.

Sustenta, em síntese, que inexiste respaldo para eximir a contribuinte da responsabilidade pela multa de ofício, haja vista, que foi a própria contribuinte que levou a Autoridade Administrativa a erro, quando prestou informações equivocadas.

Aduz que a autuação decorreu de informação incorreta prestada pela empresa em DCTF acerca do processo que lhe conferia suposta suspensão da exigibilidade do tributo, Auto de Infração, fls. 21/27, decorrente de auditoria interna em DCTF, e, das cópias da ação judicial mencionada as fls. 29/63.

Concluiu pela necessidade de sanar a omissão e contradições apontadas.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Domingos de Sá Filho, Relator

Presentes os requisitos de admissibilidade e processamento, conheço do recurso.

Em que pese às razões de inconformismo, elas não subsistem face aos fundamentos do julgado.

Depois de pormenorizado exame dos fundamentos do voto, tenho que ali o articulado abordou matéria e deu contorno jurídico acertado a questão colocada pela Embargante.

Os documentos de fls. 29/57, cópias da peça inicial do mandado de segurança, consigna o número do processo judicial, no caso o mesmo consignado no documento de fls. 21/27, Auto de Infração, isto é, o número 97.0018836-1.

Às fls. 58/60, consta cópia da decisão concedendo parcialmente a liminar, autorizando a suspensão do recolhimento das parcelas vincendas devidas a título do PIS em conformidade com os ditames da MP n. 1.546/97, determinando que o recolhimento das referidas parcelas fossem efetivadas em consonância com a LC n. 7/70.

Assim como, há provimento judicial, fls. 61/62, autorizando compensação de créditos do PIS com débitos vincendos da COFINS.

A análise interna procedida nas DCTF's dá conta de que o processo judicial não foi localizado, entretanto, o número informado pela Embargada está correto com as provas trazidas à colação.

Portanto, não houve omissão e tampouco contradição, pois a contribuinte informou corretamente o número do processo judicial que lhe autorizava a suspender os recolhimentos e proceder às compensações.

Ao contrário do que sustenta a Embargante, o entendimento expressado no voto se revela em consonância com o julgado de piso, de modo que cabia negar provimento ao recurso de ofício.

Portanto, o resultado diferentemente do pretendido pela parte não implica necessariamente em omissão e tampouco contradição.

Sendo assim, é de ser negado provimento aos embargos interposto, mantendo-se a decisão embargada.

